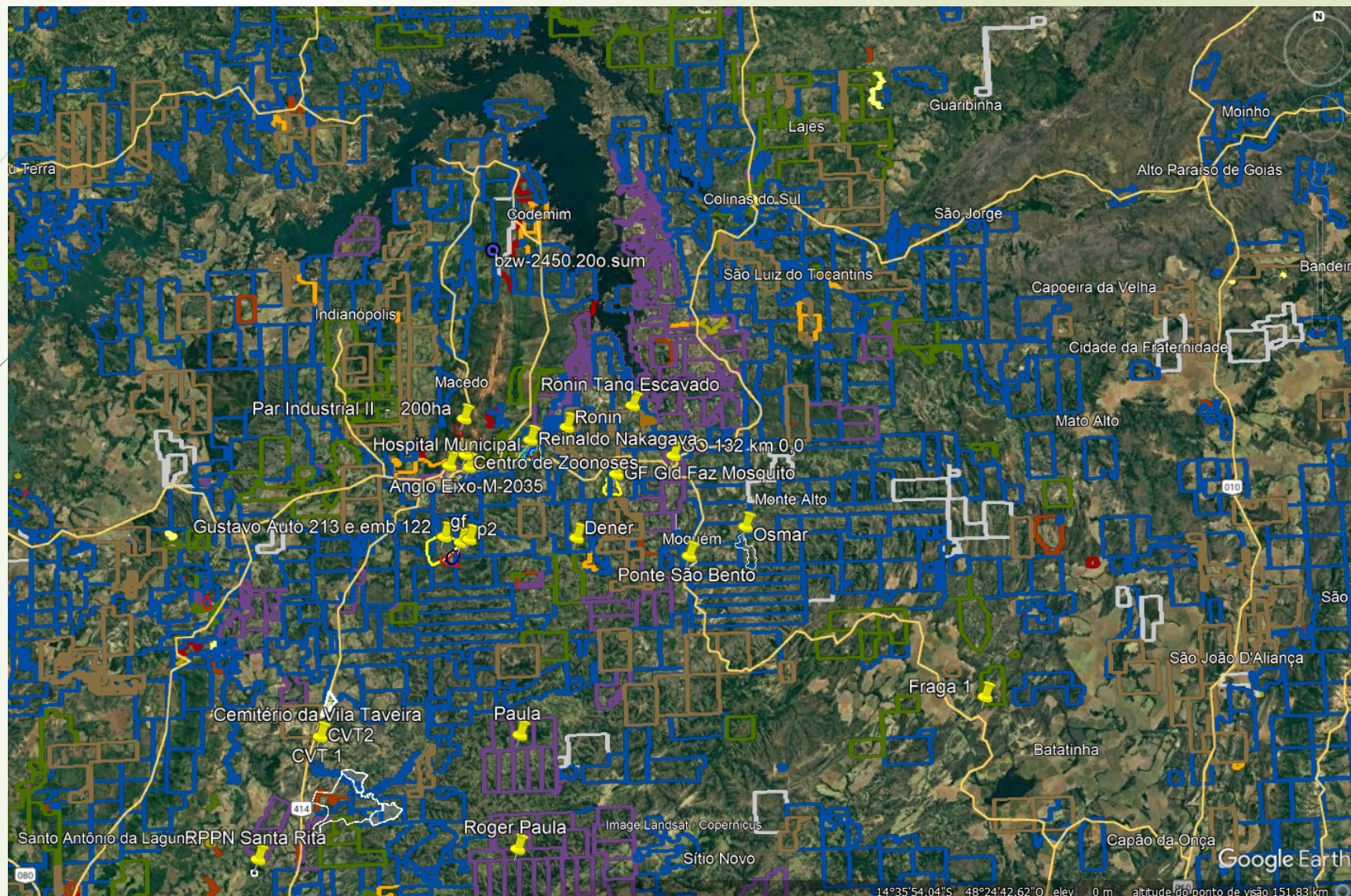


Niquelândia 2023

Gestão 2021 - 2024





Alíquotas para fins de incidência do CEFEM

ALÍQUOTA	SUBSTÂNCIA MINERAL
1%	Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais; águas minerais e termais
1,5%	Ouro
2%	Diamante e demais substâncias minerais
3%	Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema
3,5%	Ferro

Fonte: Brasil (2017).



Ações para deslanchar a mineração dos pequenos

- ANM tem que participar
- Aproximação dos entes federativos (união, estado e município)
- Priorizar a compra nos leilões da ANM aos proprietários do superficiário
- Os licenciamentos de minérios sem processamento (beneficiamento) serem feitos pelos municípios descentralizados



Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA

- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 DE 19/12/1997**
 - Lei Complementar nº 001/1997 cria do FMMA
 - Lei Complementar nº 012/2008 institui o código Municipal de Meio Ambiente
 - Lei Complementar nº **014/2009** de 04 de maio de 2009 em complemento a lei 012/2008
1. Fiscalização
 2. Recursos hídricos
 3. Fauna e flora
 4. Educação ambiental
 5. Resíduos sólidos
 6. Orientação e apoio técnico
 7. Produção de mudas
 8. Programas e atividades meio ambiente
 9. Apoio operacional



Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA

- Em 2012 com código Florestal com a Lei Federal nº 12.651 de maio de 2012 – passa a vigorar o novo código floresta Brasileiro.
 - Em 2014 com a Lei Federal nº 014/2011 o município passa a ter os mesmos poderes de ação, coordenação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - No anos de 2020, com a Lei Estadual nº 20.694, de dezembro de 2019, dispões sobre o Licenciamento Ambiental.
1. Resolução CEMAm nº 107/2021, 04 de agosto de 2021.
 2. Resolução CEMAM nº 151/2022, de 17 de agosto de 2022.
 3. Resolução CEMAM nº 166/2022, de 17 de agosto de 2022.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Resolução CEMAm n.º 107/2021, de 04 de agosto de 2021.

Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, e na Lei Estadual nº 20.694 de 26 de dezembro de 2019 e dá outras providências.

O **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEMAm**, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos III, IV e V do art. 8º da Lei Estadual nº 20.694, de 26 de dezembro de 2019 e pela alínea “a” do inciso XIV do artigo 9º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para fins desta Resolução, as seguintes definições:

Resolução CEMAm nº 151, de 02 de agosto de 2022

Dispõe sobre o credenciamento do Município de NIQUELÂNDIA - GO, como PARCIALMENTE CAPACITADO, NÍVEL 2, para o exercício do licenciamento ambiental de atividades de impacto local, condicionado à manutenção das condições apresentadas pelo município, bem como ao cumprimento das ações e prazos propostos no Plano de Adequação.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, no uso das atribuições e competências previstas no Decreto Estadual nº 9.769, de 21 de dezembro de 2020, publicado no DOE nº 23.454, de 22 de dezembro de 2020, e conforme seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo SEI - 202100017012132, referente ao credenciamento do Município de NIQUELÂNDIA - GO;

CONSIDERANDO as discussões e deliberações na 18ª Reunião Extraordinária do CEMAm.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o credenciamento do Município de NIQUELÂNDIA - GO para o exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, NÍVEL 2, de acordo com a Resolução CEMAm nº 107/2021, considerando o Município PARCIALMENTE CAPACITADO.

Parágrafo Único - O credenciamento do Município de NIQUELÂNDIA - GO fica condicionado à manutenção das condições apresentadas pelo município, bem como ao cumprimento das ações e prazos propostos no Plano de Adequação.

Art. 2º - Os licenciamentos já realizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, de empreendimentos cujas atividades estão incluídas no anexo único da Resolução CEMAm nº 107/2021, terão seus respectivos prazos de validade mantidos.

Art. 3º - O Município de NIQUELÂNDIA - GO poderá solicitar cópia dos procedimentos de licenciamento ambiental no município em andamento na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Niquelândia

Decreto nº 180/2022

Niquelândia, 30 de maio de 2022.

CERTIDÃO
O(A) Prefeito(a) Municipal, Niquelândia, GO, em 30 de maio de 2022, recebeu e recebeu a cópia do presente Decreto, expedido em 30 de maio de 2022, e o(a) Secretário(a) Municipal, Niquelândia, GO, em 30 de maio de 2022, recebeu e recebeu a cópia do presente Decreto, expedido em 30 de maio de 2022, e o(a) Secretário(a) Municipal, Niquelândia, GO, em 30 de maio de 2022, recebeu e recebeu a cópia do presente Decreto, expedido em 30 de maio de 2022.

"Dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA-GOÍÁS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, incisos VI e XXIX da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que as indicações que foram feitas pelos órgãos públicos e pelas entidades competentes estão em conformidade com art. 11, parágrafo 6º, da Lei Complementar nº 012/08, de 13 de outubro de 2008.

Considerando também a Resolução do CEMAm nº107/2021 de 04 de agosto de 2021, art. 3º.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, na condição de membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente-CMMA, os conselheiros, Titulares e Suplentes indicados pelos respectivos segmentos que representam, conforme abaixo especificado:

I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

CONSELHEIRO (A)	SUPLENTE
André Rosa de Aguiar	Jose Henrique Salgado Viana

II - Secretaria Municipal de Agricultura;

CONSELHEIRO (A)	SUPLENTE
Rodolfo Luiz Braz Braga	Kallita Pereira de Lima

III - Secretaria Municipal de Saúde;

CONSELHEIRO (A)	SUPLENTE
Hélio Luis Gomes	Otoniel Soares Guimaraes



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Niquelândia

IV - Secretaria municipal de Educação;

CONSELHEIRO (A)	SUPLENTE
Suely Novaes da Fonseca Santos	Tatiana Rosa Soares

V- Câmara Municipal;


CONSELHEIRO (A)	SUPLENTE
Jeane Carla Medeiros dos Santos	Maxwel Soares de Castilho


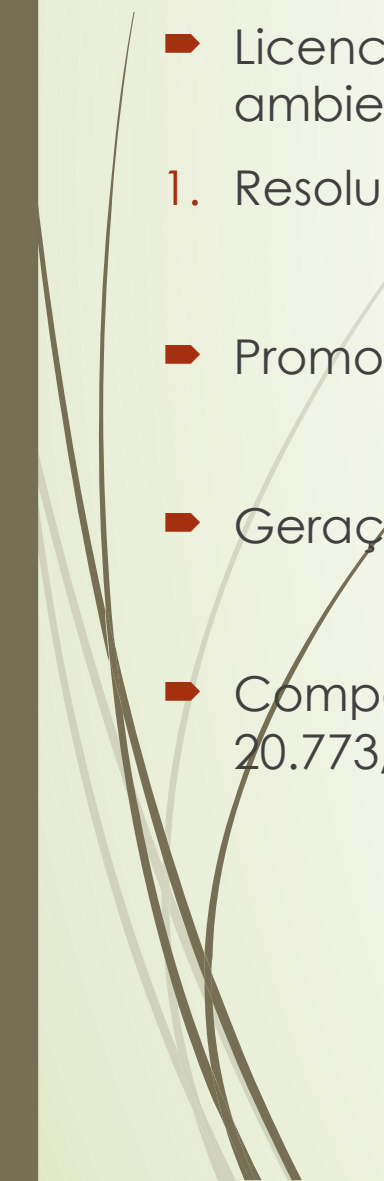
Secretaria de Meio Ambiente - 2022/23

SEQUÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	EXISTENTE	NECESSÁRIO	MÍNIMO
1º	Gestor (secretario)	1	1	1
2º	Chefia de Gabinete	1	1	1
3º	Jurídico	1	1	1
4º	Fiscalização	3	9	4
5º	Licenciamento	3	6	3
6º	Educação Ambiental	0	4	1
7º	Monitoramento	0	4	2
8º	Áreas Verdes	0	16	2



SECRETARIA TEM OBJETIVO DE PROPORCIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM PROTEÇÃO AMBIENTAL

- 
- ICMS e ICMS Eco
 - Compensação Hídrica, Royalties E CEFEM (Furnas e Mineração)
 - Incrementar a arrecadação com ITR, Receber os Valores Pagos com Títulos da Dívida Ativa da União
 - Regularização fundiária Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto nº 9.310/2018 e Lei Municipal nº 1.641/2017 e 1.733/2020

- 
- 
- Licenciar os Empreendimentos no Município com a regularização ambiental aplicando a Lei nº 20.694 / 2019, Decreto nº 9.710/2020
 - 1. Resolução nº 151/2022 e 166/2022 – descentralização do município
 - Promover o desenvolvimento com mais proximidade ao investidor;
 - Geração de Emprego, Renda com Sustentabilidade;
 - Compensação Ambiental junto aos empreendimentos, Lei Estadual nº 20.773/2020 decreto nº 9.821 de 2021 e decreto nº 10.054/2022.



André Rosa de Aguiar

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Engenheiro Agrônomo

Telefone (62) 9 8489 3670